

A ITÁLIA PELA COLÔNIA: UMA ETNOGRAFIA DA COLONIZAÇÃO COM IMIGRANTES E DESCENDENTES DE ITALIANOS

Luiza Giordani¹

RESUMO

A partir de um trabalho etnográfico realizado com imigrantes e descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul pertencentes a diferentes levas migratórias, este artigo se propõe a fazer uma releitura do histórico da imigração, suas motivações e os impactos causados nas vidas destes indivíduos. O objetivo é apresentar uma síntese dos acontecimentos tanto sob a perspectiva daqueles que vieram colonizar o RS durante o século 19 quanto dos que chegaram ao estado após a Segunda Guerra Mundial, bem como narrar as diferentes realidades que permearam a vida e o cotidiano, tanto na Itália quanto no Brasil.

Palavras-chave: imigração italiana, colonização no RS, mito do imigrante, memória.

ITALY THROUGH THE COLONY: an ethnography of colonization with Italian immigrants and descendants

ABSTRACT

From an ethnographic work carried out with immigrants and descendants of Italian immigrants in Rio Grande do Sul belonging to different migratory waves, this article proposes to re-read the history of immigration, its motivations and the impacts caused in the lives of these individuals. The aim is to present a summary of events both from the perspective of those who came to colonize RS during the 19th century and those who arrived in the state after the Second World War, as well as to narrate the different realities that permeated life and everyday life, both in the Italy and Brazil.

Keywords: Italian immigration, colonization in RS, myth of the immigrant, memory

RESUMEN

ITALIA A TRAVÉS DE LA COLONIA: una etnografía de la colonización con inmigrantes y descendientes de italianos.

A partir de un trabajo etnográfico realizado con inmigrantes y descendientes de inmigrantes italianos en Rio Grande do Sul pertenecientes a diferentes olas migratorias, este artículo propone releer la historia de la inmigración, sus motivaciones y los impactos causados en la vida de estos individuos. El objetivo es presentar un resumen de los acontecimientos tanto desde la perspectiva de quienes vinieron a colonizar RS durante el siglo XIX como de quienes llegaron al estado después de la Segunda Guerra Mundial, así como narrar las diferentes realidades que impregnaron la vida y la cotidianidad. vida, tanto en Italia como en Brasil.

Palabras clave: inmigración italiana, colonización en RS, mito del inmigrante, memoria

¹ Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2024). Mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2020). Graduada em Tecnologia em Gastronomia pela Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (2018). Bacharela em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2014).

1 Introdução

Este artigo é fruto de um trabalho realizado junto a imigrantes e descendentes de imigrantes italianos na cidade de Porto Alegre, no período de março a dezembro de 2019. Cheguei a estes indivíduos a partir da Sociedade Italiana do Rio Grande do Sul, que me colocou em contato com eles após um encontro com a diretoria para explicar o trabalho. Durante a realização desta etnografia, tive a oportunidade de ter como interlocutores os imigrantes Marinho, que chegou ao Brasil na década de 1950, aos 15 anos, acompanhado dos pais e dos irmãos; e Camélia, que chegou ao Brasil também na década de 1950, aos três anos, acompanhada dos pais e do irmão. Entre os descendentes de imigrantes, participaram Rosa, neta de italianos que chegaram ao Brasil por volta de 1900 e se estabeleceram na região metropolitana de Porto Alegre, e que é casada com Marinho; Violeta, descendente de italianos que chegaram ao Brasil por volta de 1890 e se estabeleceram na região central do RS; e Nero, descendente de italianos que chegaram ao Brasil por volta de 1890 e se estabeleceram na região da serra do RS, e que é casado com Violeta.

Para que se entenda as razões que fizeram com que os interlocutores e eu cruzássemos caminhos e construíssemos juntos o trabalho que foi desenvolvido neste artigo, é importante que se contextualize quais foram os fundamentos que motivaram a migração deles e de seus antepassados em primeiro lugar. Para isso, recorro à história da Itália e aos imbricados processos que ocorreram durante um período de aproximadamente 100 anos, que vai da metade do século 19 à metade do século 20, que separam as duas levas migratórias trabalhadas nesta dissertação e que estão principalmente relacionados à unificação dos territórios enquanto nação, tomando os contornos do que se conhece geograficamente como Itália no século 21.

A Itália é um dos países europeus que passou pelo processo de unificação do seu território mais tardiamente. A maioria das regiões que compunham aquilo que veio a se tornar a nação italiana era constituída de vários pequenos Estados, e muitas delas ainda estavam sob controle direto ou indireto de impérios vizinhos, como o Austro-Húngaro ou a França. Entre os obstáculos que advieram deste processo, a disputa pelo poder por parte dos monarcas e as incertezas nas tomadas de decisão dos nacionalistas fizeram do movimento uma verdadeira revolução.

2 A situação italiana no século 19

A ITÁLIA PELA COLÔNIA: uma etnografia da colonização com imigrantes e descendentes de italianos

O movimento migratório dos italianos para outros países foi o resultado de uma sucessão de ocorrências que se abateram sobre a nação em construção durante o século 19, especialmente após as Invasões Napoleônicas. Conforme apontado por Gooch (1991, p. 14), tudo iniciou com o Risorgimento (1815-1870), movimento que buscava a unificação da Itália e onde as lutas das diferentes regiões, com seus diversos objetivos, tornaram-se um só, com duas metas principais: liberdade política para dentro da Itália e independência da dominação estrangeira em seu território.

A primeira tentativa de unificação, com as revoltas que vieram em consequência a ela, e que duraram até 1847, fracassou. Em 1861, o Reino da Itália passou a existir formalmente, sob comando do rei Vitor Emmanuel II. No entanto, territórios como Trento, Roma e Veneza (que compõem as atuais províncias de Vêneto e Friul-Veneza Júlia) só passaram a integrar a nação italiana algum tempo depois, segundo Gooch (1991, p. 49-63). A unificação da Itália não veio sem luta. Foram necessárias três guerras, que ocorreram entre as décadas de 1859 e 1870, para que o país conquistasse gradualmente sua configuração e certo respeito dos países vizinhos.

Não é possível falar de Risorgimento sem falar em um dos principais orquestrantes para o sucesso da unificação da Itália. Giuseppe Garibaldi viveu em meio à disseminação das ideias nacionalistas, que, de acordo com Hobsbawn (2000, p. 33), naquele momento significava a união, promovida pelos movimentos nacionais, em busca da unificação ou expansão nacional, visando reunir o povo em um Estado.

Garibaldi, movido pelos ideais revolucionários e nacionalistas, desejava unificar a Itália e acreditava que o sul da península deveria fazer parte da nova nação. Para isso, liderou seus apoiadores nas disputas em diversas regiões da Itália. Entre os feitos mais notáveis, estão a luta no Piemonte, a marcha por Nápoles e Sicília e a declaração de Roma como uma república, sempre em apoio a Vitor Emmanuel. Blackett (1888, p. 302-310) afirma que entre suas últimas vitórias estão as conquistas de Veneza e Roma, já na década de 1860.

As guerras de unificação da Itália estão entre as causas que fizeram com que os imigrantes saíssem em busca de outros lugares para viver e trabalhar. Devido à “ocupação sucessiva por diversos exércitos do norte da Itália, com danos à propriedade, desrespeito à dignidade da família, impedindo ou devastando plantações, aumentando a miséria por toda a parte” (COSTA et al., 1974, p. 18), as pessoas já não enxergavam a permanência na jovem nação como uma alternativa viável.

A Itália também passou por uma severa crise econômica durante o século 19, e a luta pela unificação deixou a situação ainda pior, não apenas pela devastação ocorrida no seu território. Para começar, a Itália sofreu um processo de industrialização tardia. Battistel (1981, p. 17) afirma que foi apenas a partir da década de 1870 que o país começou, gradualmente, a substituir as antigas práticas feudais de produção por um modelo de industrialização capitalista. Com a diminuição cada vez maior do sistema artesanal de produção em nome do esperado progresso industrial, a vida rural e citadina ficou ainda mais difícil. Além disso, a discrepância entre as regiões norte e sul eram notáveis, visto que foi no Norte onde se concentrou o parco desenvolvimento industrial, enquanto o sul permanecia primariamente na produção rural.

Somando-se aos problemas enfrentados pelos produtores, que representavam, na época, cerca de 40% da população com mais de 19 anos, a produtividade também foi reduzida por diversos fatores. Um deles, bastante significativo, era o desgaste do terreno de plantação, devido ao excesso de cultura e falta de adubação adequada. Cenni (1975, p. 168-169) afirma que tal situação foi agravada pelas doenças que acometeram as videiras e a falta de racionalização na cultura de milho, resultando em uma terra cuja produção era estéril. O clima desfavorável na região sul da nação, acometida por temporadas de estiagem, e o impacto humano negativo na natureza, também prejudicaram o quadro geral.

A grande maioria dos agricultores, na época, não era proprietário de suas terras. O arrendamento era uma prática comum para que esta população pudesse produzir, e conforme apontam Boni e Costa (1984, p. 52) as terras eram compostas por grandes latifúndios e uma infinidade de minifúndios cujo rendimento nem sempre era suficiente para assegurar o sustento das famílias que lá viviam. Os sistemas que regiam o contrato de arrendamento eram os mais diversos, indo desde pagamento em dinheiro até participação em parte da produção de gêneros alimentícios cultivados na terra arrendada. A esse quadro acrescentavam-se os pesados tributos que recaíram sobre a população como forma de salvar a economia italiana e o resultado é o endividamento geral. As terras eram tomadas pelo governo para pagamento das dívidas, o que deixava mão-de-obra excedente nos campos, que a cidade não conseguia absorver com a incipiente industrialização.

Desde o início do processo de unificação a Itália já enfrentava problemas com a excedente mão-de-obra. Costa et al. (1974, p. 19) expõem que, com a perda do mercado Austro-Húngaro, perdeu-se também uma importante forma de reposicionar a força de trabalho italiana em um espaço em que ela pudesse ser aproveitada, no lugar de estar ociosa e sem condições financeiras. Para agravar essa situação, a Itália, seguindo uma tendência observada no restante da Europa na mesma época, também passava por um período de grande aumento na taxa de

A ITÁLIA PELA COLÔNIA: uma etnografia da colonização com imigrantes e descendentes de italianos

natalidade, e o governo não tinha como atender e sustentar as novas gerações que estavam chegando. Além disso, conforme Cenni (1975, p. 166), o direito de sucessão nas terras e propriedades favorecia apenas o primeiro filho, deixando os demais desamparados e em situação economicamente complicada, sem trabalho e sem subsistência.

Como uma medida desesperada de tentar salvar a economia cada vez mais afundada, o governo italiano recorreu ao protecionismo. Manfroi (1975) afirma que a taxa alfandegária aplicada pelo governo italiano aos produtos de importação visava barrar a queda dos preços dos produtos agrícolas nacionais e estimular sua produção. “Essa medida unilateral provocou uma viva irritação das autoridades francesas, que responderam pela imposição de uma taxa de represália aos produtos italianos. Essa guerra comercial entre a Itália e a França teve efeitos catastróficos sobre a economia italiana.” (MANFROI, 1975, p. 49) O Norte era a região que mais dependia da exportação de seus produtos para a França, e em função da disputa, acabou imersa em uma crise sem precedentes.

252

3 O Brasil e a imigração italiana

Nessa mesma época, o Brasil buscava alternativas para, primeiramente, suprir os postos de trabalho que surgiram depois de 1850, com a abolição do tráfico de escravos para o Brasil e que posteriormente culminou com a abolição da escravatura em 1888; e, em segundo plano, para a ocupação dos seus territórios. De acordo com Cenni (1975, p. 105), “naquele tempo os escravos eram considerados, no Rio Grande do Sul, elementos de perturbação econômica e a Lei nº 183 de 13 de outubro de 1850, que respondia a um desejo geral, proibiu sua introdução nos distritos coloniais da Antiga Província.”

Importante destacar que o termo “colônia” é utilizado ao longo deste trabalho para se referir aos núcleos territoriais que foram ocupados pelos imigrantes. Maciel (1994, p. 39) afirma que “os imigrantes aqui chegados eram estabelecidos em áreas não ocupadas pelo latifúndio pecuarista, desbravando estes territórios e fundando núcleos coloniais.”

Atendendo a um apelo racista, a alternativa mais lógica para os governantes era buscar, na Europa, a população considerada por eles adequada para o trabalho e a colonização, criando-se uma “política do branqueamento”. Segundo Manuela Carneiro da Cunha (1985, p. 79-81), o “medo” de uma invasão negra no país era tão grande por parte das elites que os governos de algumas províncias criaram “facilitadores” para que os negros voltassem para a África.

Enfim, o problema de se forjar uma *identidade nacional* confluía para a questão insistentemente colocada pelos imigrantistas - a purificação racial, o que queria dizer não só a substituição do negro pelo branco nos setores

fundamentais da produção, como também a esperança de um processo de miscigenação moralizadora e embranquecedora.
(AZEVEDO, 1987, p. 144)

Possamai (2005) vai além, e afirma que José da Silva Lisboa era abolicionista por receio de que o Brasil se tornasse uma “negrolândia”. Cita também uma passagem de José Bonifácio, também abolicionista, que chama os navios negreiros de “gangrena da nossa sociedade” e afirma também que a população que querem para o Brasil é branca. “O racismo orientou a busca de imigrantes europeus a fim de criar um povo brasileiro que fosse aceitável para as elites. O processo de ‘branqueamento’ do Brasil dar-se-ia através da colonização europeia.” (POSSAMAI, 2005, p. 47)

Para o governo e os cientistas brasileiros, “o branqueamento da raça era visualizado como um processo seletivo de miscigenação que, dentro de um certo tempo (três gerações), produziria uma população de fenótipo branco. [...] Sendo assim, os imigrantes tinham um papel adicional a exercer: contribuir para o branqueamento e, ao mesmo tempo, submergir na cultura brasileira através de um processo de assimilação.” (SEYFERTH, p. 49)

O governo brasileiro, então, investiu maciçamente em agentes de propaganda migratória, a fim de trazer estrangeiros para o país. No caso dos italianos, diversas vantagens foram oferecidas pelos cônsules para que os imigrantes trocassem sua terra pelo Brasil. Manfroi (1975, p. 35) afirma que, a partir de 1965, a possibilidade de naturalização aos proprietários de terra após um período de residência, dispensa do serviço militar, viagem gratuita até a colônia, compra de crédito rural a longo prazo, assistência médica e religiosa e até mesmo compensações financeiras estavam entre as promessas oferecidas para aqueles que decidissem emigrar para o Brasil. Com o aumento massivo das imigrações, tais vantagens foram inteiramente suspensas por volta de 1879.

O período em que o Brasil mais precisava de mão-de-obra para a expansão das lavouras coincidiu com o auge da crise na Itália. “O governo italiano pouco se importou com a emigração. Pelo contrário, sentia-se satisfeito, pois assim aumentava seus privilégios e exportava boa parte da mão-de-obra desqualificada.” (BATTISTEL, 1981, p. 17-18) A possibilidade de ser dono da própria terra foi um estímulo bastante convidativo principalmente para os agricultores, que poderiam ficar livres dos arrendamentos.

No entanto, a preferência dos italianos ao emigrarem não era pelo Brasil, mas sim pelos Estados Unidos. Na América do Sul, a Argentina era a primeira escolha dos imigrantes. Só depois é que o Brasil surgia como uma alternativa. Conforme Di Comite (1983, p. 512), os Estados Unidos receberam quase quatro vezes mais imigrantes italianos do que o Brasil no

A ITÁLIA PELA COLÔNIA: uma etnografia da colonização com imigrantes e descendentes de italianos

mesmo período. Entre 1880 e 1915, os EUA receberam 4.149.420 imigrantes italianos, a Argentina recebeu 1.764.880 e o Brasil recebeu 1.212.639 imigrantes.

Cenni (1975, p. 105-106) afirma que, com a retirada dos subsídios do governo para os imigrantes, as condições para a colonização começaram a mudar. O colono seria responsável por pagar sua passagem, ressarcindo o governo em até cinco anos pelas eventuais despesas para sua estabilização na colônia. O colono também precisaria prestar serviços para desenvolver a infraestrutura da região, como a construção de ruas e estradas.

As primeiras colônias italianas estabelecidas pelo governo da província foram Conde D'Eu e Princesa Dona Isabel (atuais cidades de Garibaldi e Bento Gonçalves, respectivamente). Embora as terras a serem ocupadas já estivessem designadas, os loteamentos em si, ou seja, a demarcação destas terras, só ocorreu concomitante à colonização.

Com a Lei Geral nº 601, de 1850, o governo definiu que as terras de colonização deveriam ser adquiridas, e não mais cedidas. Isso fez com que muitos latifundiários brasileiros acabassem comprando as terras. “Assim, entre 1854, ano de publicação do Regulamento, e 1900, só no Rio Grande do Sul, perto de 1 milhão de hectares de terras públicas passaram mais ou menos fraudulentamente às mãos particulares.” (BONI e COSTA, 1984, p. 30) Os reflexos disso foram vistos mais adiante: a partir de 1882, segundo os autores, os particulares revenderam as terras aos imigrantes com uma margem de lucro altíssima.

4 Chegada e estabelecimento na colônia

No trajeto entre as pequenas cidades italianas de onde saíram os primeiros imigrantes até o estabelecimento e os primeiros anos no Rio Grande do Sul, as linhas entre os fatos e o imaginário pode por vezes ficar um pouco turva. De certa forma, os descendentes dos imigrantes “criaram” um “mito de origem” sobre a vivência de seus antepassados, que conforme Lévi-Strauss (2012, p. 224), “o valor intrínseco atribuído ao mito provém do fato de os eventos que se supõe ocorrer num momento do tempo também formarem uma estrutura permanente, que se refere simultaneamente ao passado, ao presente e ao futuro.” A grande aventura, a superação das adversidades e o triunfo final dizem muito sobre a forma como eles mesmos se identificam nos dias de hoje. A construção dos relatos apresentados a seguir envolve um tanto de história extraída das mais diversas fontes, mas também foi reconstruída a partir do imaginário estabelecido pelos descendentes sobre seus antepassados.

Esse imaginário a partir do qual os indivíduos estabelecem uma representação com função simbólica está carregado de emoções poéticas. “O imaginário faz parte da representação como tradução mental de uma realidade exterior percebida, mas apenas ocupa uma fração do campo da representação, à medida que ultrapassa um processo mental que vai além da representação intelectual ou cognitiva.” (LAPLANTINE E TRINDADE, 2003, p. 25)

Sair da Itália e mudar para outro país com hábitos e costumes diferentes, clima diferente e cultura diferente certamente não foi fácil. Começando pelo empreendimento que era dar início à viagem. “Vendiam-se as pequenas posses, às vezes um pedaço de terra, uma casinha, algum animal, instrumentos de trabalho, para comprar a passagem até Gênova, e para a longa viagem transoceânica. E assim partiam os colonos, para uma aventura num mundo desconhecido.” (BONNI e COSTA, 1984, p. 95) No imaginário de seus descendentes, o percurso envolvia várias paradas de cidade em cidade até que conseguissem recursos para chegarem às embarcações e aos agentes que arranjavam as viagens.

É neste contexto que entra a etnografia que realizei com imigrantes e descendentes de imigrantes italianos na cidade de Porto Alegre. O primeiro interlocutor com quem conversei foi Nero, na Sociedade Italiana do Rio Grande do Sul. Ao explicar o trabalho que estava realizando e acertar detalhes sobre nossas conversas, ele me contou sobre como sua família fez para chegar ao Brasil: saídos do Vêneto, foram de cidade em cidade, trabalhando um pouco aqui e ali para juntar dinheiro suficiente para ir à próxima cidade e então trabalhar mais. Fizeram isso até conseguirem comprar a passagem no porto de Veneza:

Um dia eu quero fazer isso, esse mesmo trajeto que meus antepassados fizeram, passar de cidade em cidade, parar nos lugares, tentar identificar onde eles ficaram nesses lugares. Não foi uma coisa fácil que eles fizeram, de trabalho em trabalho até chegar no porto, com família, com tudo.

Ao chegarem ao porto, alguns descendentes apresentam relatos de extorsões, extravio e roubo de bagagens, sobretaxas e câmbios desfavoráveis no período de antes e durante o embarque. Battistel (1981, p. 18-19) afirma que os futuros colonos se dividiam em dois grupos: os que tinham dinheiro, pagavam sua passagem e viajavam em navios mercantis, em acomodações melhores; e os que não tinham dinheiro, que ficavam esperando no porto até que conseguissem passagem gratuita, e acabavam embarcados em navios de piores condições. Os navios trafegavam com excesso de passageiros, sendo comum a disseminação de doenças devido às más condições higiênicas. No trajeto que levava mais de 40 dias para ser completado,

A ITÁLIA PELA COLÔNIA: uma etnografia da colonização com imigrantes e descendentes de italianos

há relatos de mortes entre os imigrantes, assim como muitos que nasceram nos navios a caminho das regiões de colonização.

Os navios paravam no Rio de Janeiro e em Santos, antes de seguirem para o Rio Grande do Sul. De acordo com Manfroi (1975, p. 107-108), uma das duas situações acontecia: o navio atracava no porto de Rio Grande, onde os imigrantes eram obrigados a pegar baldeação em um pequeno vapor e seguir para Porto Alegre; ou o navio seguia direto para a capital, entrando pela Lagoa dos Patos. Em ambos os casos, os imigrantes, recepcionados por um agente oficial de colonização, recebiam serviço de hospedagem e alimentação.

256

A parte superior da Encosta da Serra, situada entre os Campos de Cima da Serra, ao Norte, e as colônias alemãs do Sul, ainda estava deserta em 1870. Os colonos alemães tinham chegado somente até os primeiros contrafortes da Serra, a 300 metros de altitude. Além, dominava a floresta virgem, densa e impenetrável, a serra abrupta que cortava o RS de Leste a Oeste, em dois territórios distintos. Foi esta zona que o governo provincial decidiu colonizar, em 1869, e que chamar-se-ia, mais tarde: região colonial italiana. (MANFROI, 1975, p. 57)

Destaquei a passagem anterior, pois acho importante abordar uma questão fundamental sobre a narrativa construída por alguns autores que relatam “a epopéia italiana”². É notório entre vários pesquisadores que têm se debruçado sobre a história do Rio Grande do Sul que, muitas vezes, ao narrar a chegada dos imigrantes italianos no estado, o relato acaba se transformando em uma “saga épica” onde alguns fatos não são completamente explorados. Um destes fatos se refere à ocupação da região de colonização durante o século 19. De acordo com Laroque (2007, p. 142), desde o ano de 1846 o governo da província já trabalhava na política de aldeamentos dos Kaingang, a fim de liberar seus territórios para a colonização. Dornelles (2011, p. 99) afirma que, ainda na década de 1870, a região que está entre o que hoje se chama Campos de Cima da Serra e as colônias alemãs compreendia o território de circulação dos Coroados³, onde também haviam sido aldeados. Os Coroados cederam sua mão-de-obra para a construção de obras públicas e abertura de estradas, e a chegada do imigrante italiano na região da Serra coincide com esse contexto.

² Nome dado a um parque temático da imigração italiana, localizado na cidade de Bento Gonçalves. De acordo com os organizadores, trata-se de um “espetáculo repleto de história, cultura e emoção.” In: Giordani Turismo e Eventos. Disponível em <<https://www.giordaniturismo.com.br/epopeiaitaliana/>>. Acesso em 03 de fevereiro, 2020.

³ Conforme explica Dornelles (2011, p. 9), “Coroados” é um dos termos utilizados no século 19 para identificar os indígenas do grupo Kaingang. Também eram empregados os termos “Bugres” e “Botocudos” nesta mesma época.

Dornelles (2011) afirma ainda que a região da Colônia de Caxias já era conhecida como território indígena pela província desde, pelo menos, 1864, e era denominada de Campo dos Bugres. No primeiro plano de urbanização da colônia, datado de 1878, o título “Projeto da Povoação da Colônia de Caxias no Campo dos Bugres” mostra que o estabelecimento do povo indígena na região era de conhecimento do governo da província. Dornelles (2011, p. 102) afirma que “a historiografia parece cega perante as evidências das relações travadas naquele contexto; ora, a colônia - e depois cidade - foi erguida sobre uma antiga aldeia indígena; seus novos moradores não puderam, de modo algum, negligenciar sua existência.”

A história da destruição dos nativos não foi escrita e pouco sabemos sobre os bugreiros - brasileiros e imigrantes assalariados para combater e eliminar os últimos habitantes nativos dessa região. Em geral, a historiografia rio-grandense tradicional e o romance histórico regional registram apenas os ataques sofridos pelos colonos, apresentando as populações nativas como selvagens. O primeiro confronto grave entre imigrantes e habitantes da Serra ocorreu em 26 de fevereiro de 1829, com a morte de três colonos alemães. O último teria ocorrido em 1851, na Colônia de Taquara do Mundo novo, com a morte de colono e o sequestro de sua mulher, filha e menores, recuperados por policiais e vaqueanos, que massacraram os nativos. (MAESTRI, 2010, p. 211)

A imigração alemã, que havia chegado ao RS cinquenta anos antes, havia se estabelecido na região do Vale dos Sinos, indo até o pé da serra. Era daquele ponto para cima que os italianos estavam lotados. “Dirigiam-se, de carroça, os que tinham mais posses e os mais pobres, a pé, para as terras que lhes eram indicadas.” (BATTISTEL, 1981, p. 19) Nero me conta mais sobre a chegada de sua família no Rio Grande do Sul e as condições que precisaram enfrentar:

Era gente muito pobre, não tinham dinheiro pra nada. Eles vieram a pé, subindo a serra, abrindo o caminho do jeito que dava. Nem tinham pertences direito, e o que carregavam era nas costas mesmo, e na realidade não podia ser muita coisa, porque eles não tinham cavalo, não tinham transporte, tinha que ser o que dava pra carregar. E assim foram até chegar lá, onde o diretor da colônia botou eles lá na terra.

A partir de então, os colonos começavam a se dirigir para os lotes que escolhiam, quando era possível fazê-lo, geralmente função de parentes já instalados na região, ou então os que lhes eram destinados pelo governo da província.

Afirmam Bonni e Costa (1984, p. 106) que a primeira coisa que os colonos faziam em seus lotes era abrir uma clareira para construção de suas primeiras casas. Pequenas cabanas,

A ITÁLIA PELA COLÔNIA: uma etnografia da colonização com imigrantes e descendentes de italianos

feitas com a técnica de “pau a pique”⁴, que eram cobertas com ramos de árvores para conferir proteção. À noite, acendiam o fogo para afugentar animais selvagens e para aquecer, visto que a região era muito fria, principalmente no inverno.

As plantações feitas durante os primeiros anos deram retorno farto, mas até que elas estivessem em condições de colheita, os colonos precisaram explorar o que havia disponível na terra - o pinhão, que será abordado mais adiante, entra como grande protagonista deste período. Além disso, o governo da província oferecia oportunidade de 15 dias de trabalho remunerado aos imigrantes em algumas regiões, para que construíssem a infraestrutura e estradas nas regiões coloniais, com o objetivo de iniciar o desenvolvimento dos territórios. Como aponta Manfroi (1975, p. 117), o dinheiro conquistado com estes trabalhos era empregado para a compra de itens essenciais ao sustento da família e para o trabalho agrícola. “A obrigação de quitar a dívida colonial impedia qualquer tendência à economia de subsistência e ao acablocamento. Os colonos deviam produzir excedentes monetizáveis para pagar a dívida e não perder os lotes.” (MAESTRI, 2010, p. 216)

Quando começaram a colher os frutos de sua produção, os colonos se depararam com outra dificuldade: o transporte para comercialização. “Toda a produção das colônias italianas, até 1910, passava por intermediários, em geral, de origem alemã, instalados nas antigas colônias alemãs. Os números intermediários e a dependência dos comerciantes do Caí e de Montenegro aumentavam o custo do transporte.” (MANFROI, 1975, p. 120) Conforme aponta Maestri (2010, p. 217), os gêneros coloniais eram adquiridos, a baixo preço, por comerciantes locais, que os encaminhavam para comerciantes dos travessões em carretas, de onde partiam para os portos fluviais até chegarem a Porto Alegre, onde eram consumidas ou reexportadas.

As condições às quais os colonos estavam submetidos ao longo de todo o percurso e seu estabelecimento no Rio Grande do Sul não passaram despercebidos pelo governo italiano. Possamai (2005, p. 78) afirma que os administradores das colônias estavam inseridos em um contexto de sociedade escravocrata e exploradora, que depreciava o trabalho braçal, e que eram justamente estes indivíduos que representavam a autoridade e com quem os colonos precisavam se relacionar. Sendo assim, eram frequentes os relatos de abusos e maus tratos por parte das autoridades brasileiras, e tal comportamento também se aplicava a algumas autoridades

⁴ Pau a pique: técnica de construção que utiliza terra crua e madeira, bambu ou cipó para formar a trama de sustentação. A trama é feita com sarrafos de madeira, e seus espaços vazios são preenchidos com terra umedecida, a fim de fornecer estrutura e vedação. Fonte: Portal Virtualhub da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em <<https://portalvirtuhab.paginas.ufsc.br/en/pau-a-pique/>>. Acesso em 14 de setembro, 2019.

italianas localmente situadas, que em algumas ocasiões acabavam intercedendo em favor das autoridades e dos latifundiários brasileiros.

Embora fosse “do interesse do governo que houvesse ordem nas colônias a fim de atrair novos imigrantes europeus.” (POSSAMAI, 2005, p. 79), os conflitos entre as autoridades locais e os colonos se perpetuaram por décadas. Os colonos, decepcionados com as promessas não cumpridas pelos cônsules e propagandistas brasileiros, viam com desconfiança as autoridades do governo e suas práticas na região. Os funcionários do império, por outro lado, renegavam os colonos italianos, não os considerando como parte dos habitantes da província e buscando manter-lhes excluídos do restante da população da região.

Então, a alternativa descortinada pelos imigrantes nos períodos mais difíceis desta relação de atrito era apelar para as autoridades italianas. Ainda que a Itália, devido ao seu próprio caos estabelecido, não pudesse intervir de forma tão ativa nas condições dos colonos no Brasil, era a ela que os italianos recorriam, fosse na figura dos cônsules localmente situados, ou ainda em correspondência direta com o governo italiano. “Tudo leva a crer que a distância da pátria-mãe e os contatos com outras etnias, em certos casos, criaram e, em outros, reacenderam o sentimento de italianidade.” (POSSAMAI, 2005, p. 85)

Conforme aponta Battistel (1981, p. 18), a maior parte dos imigrantes que chegaram ao Rio Grande do Sul entre a metade e o final do século 19 se originava da região norte da Itália, uma das mais atingidas pela crise geral enfrentada pela nação - de regiões como Vêneto, Lombardia, Trentino-Alto Ádige, entre outras. De acordo com Costa (1974, p. 16), a imigração do sul começou a aumentar após a Primeira Guerra Mundial, os quais, em geral, preferiam assentar-se em cidades, ao invés de ir para o campo como fizeram os italianos do norte. Na Itália, cada região se dividia em províncias, cidades e vilas, e cada povoado tinha seus costumes, igrejas, padres e até a língua diferente. Com a vinda para a América, acabaram trazendo seus costumes culturais e religiosos para a nova terra. No entanto, gradativamente, o sentimento de pertencimento à identidade italiana foi aumentando entre os colonos, no qual regionalismos acabaram relegados a segundo plano em nome de uma unidade identitária saudosista. Embora os dissabores pela falta de oportunidades na terra natal ainda estivessem presentes, o apreço por ela também crescia.

5 Como ficou para os que ficaram

Até o início do século 20, a Itália esteve envolvida em diversas disputas internas e externas, causando rupturas no poder e nas relações com outros países. Em 1882, a Itália já

A ITÁLIA PELA COLÔNIA: uma etnografia da colonização com imigrantes e descendentes de italianos

havia se comprometido com a Tríplice Aliança, cimentando os caminhos que levaram à Primeira Guerra Mundial. “Ao se juntar com a Alemanha e a Áustria, a Itália esperava garantir a segurança de seu território enquanto buscava por colônias e melhorava sua posição internacional. [...] Outro motivo para a aliança era o ressentimento de ter sido prejudicado em Túnis e a determinação de afetar a França, mesmo à custa de perturbar o equilíbrio da Europa.” (SMITH, 1959, p. 123-124)

Apesar de estar comprometida com a Tríplice Aliança desde 1882, a Itália se desfez do tratado pouco antes do início da Primeira Guerra, devido à insatisfação em relação às políticas da Áustria que quebravam partes do acordo assinado entre os três países. Além disso, a Itália estava explorando melhor outras relações no continente - a França buscava sua associação, tendo estabelecido institutos culturais em Florença e em Milão; a grande maioria do carvão utilizado pela Itália era importado do Reino Unido. “A participação ativa na guerra deslocaria, assim, o comércio, e o Ministro do Tesouro, Rubini, ameaçou renunciar se as finanças italianas fossem obrigadas a suportar outra guerra logo após a empreitada na Líbia. Por outro lado, uma Itália neutra estaria muito bem colocada economicamente.” (SMITH, 1959, p. 293)

Por essa razão, quando a Primeira Guerra iniciou na Europa, a Itália se manteve neutra. No entanto, sob a liderança do então socialista Benito Mussolini e com o apoio de fortes nomes do sindicalismo revolucionário do Norte, foi lançada a campanha para que a Itália entrasse na guerra contra a Alemanha. Mussolini foi expulso do Partido Socialista e a Itália entrou na guerra em 1915, após a assinatura do Tratado de Londres, lutando apenas contra a Áustria. Para Smith (1959, p. 305), tal movimento, além de ser uma violação do tratado, também deu às operações italianas na guerra uma imagem negativa, como se lutassem por interesses próprios e não pela libertação e legalidade. Aos poucos, os aliados começaram a desconfiar dos italianos, principalmente por suas negociações simultâneas com todas as partes envolvidas na guerra.

De acordo com Romano (1965, p. 391), o cotidiano dos cidadãos, principalmente das classes mais baixas, foi afetado diretamente pela guerra. Tanto a classe de trabalhadores industriais manifestou clara insatisfação com a guerra durante o seu curso, quanto a dos camponeses que foram convocados a lutar nos fronts de guerra. Isso gerou queda no abastecimento do país e tornou-se motivo de forte inquietação ao final das operações militares, abrindo espaço para o crescimento das organizações socialistas e comunistas na Itália.

A liderança de Mussolini começou a ser questionada no final da década de 1930. Primeiro, ao enviar os já escassos recursos italianos para apoiar rebeldes contra o recém-eleito governo espanhol; segundo, por sua grande proximidade e cada vez maior subserviência à

Alemanha e a Adolf Hitler; e terceiro, pelas leis racistas implementadas em 1938, uma imitação ao modelo Nazista. Blinkhorn (1994, p. 50-52) aponta que a crise só foi aumentando à medida em que a guerra foi se desenrolando, com perdas massivas de tropas e território, falta de comida e itens essenciais, além do flagrante corrupção do partido. Com a deposição de Mussolini e a rendição na guerra, a Itália se tornou palco de conflito direto entre os Aliados e a Alemanha, transformando o país em um campo de batalha.

Para impedir o colapso, foi necessário impor rigoroso racionamento que, aliado a uma vertiginosa inflação, afetou duramente as classes populares. Em 1944, a ração diária de calorias da população italiana era uma das mais baixas da Europa, com 1.065 calorias diárias. [...] Um pão, que custava 2,23 liras o quilo em 1940, passou a custar 73 liras em 1947. No mesmo período, o quilo da pasta (massa) passou de 2,78 liras centavos para 120 liras. Com essa situação, os salários reais perderam mais da metade de seu valor e o desemprego geral apenas piorava a situação. (BERTONHA, 2008, p. 128)

Ao falar sobre a Segunda Guerra Mundial, não posso deixar de evocar as conversas que tive com outros dois interlocutores, ambos nascidos na Itália e que emigraram para o Brasil após a guerra: Camélia e Marinho.

Na memória de Camélia, em nossa tarde em uma casa de chá na Rua dos Andradas, localizada no Centro de Porto Alegre, veio a perda de seus dois tios durante a Segunda Guerra Mundial: um, irmão de seu pai; o outro, irmão de sua mãe. As vivências das duas famílias frente a estas tragédias foram difíceis devido às incertezas que as circunstâncias da perda trouxeram:

O meu pai falava muito da Segunda Guerra Mundial. Ele serviu, no caso, ele foi soldado na Segunda Guerra Mundial. Tanto a minha mãe como ele falavam muito nos irmãos que perderam. A minha mãe, quando nessa Segunda Guerra Mundial, perdeu um irmão, de 18 anos, na Rússia, no front esse da guerra. Nunca mais voltaram. Não souberam nem se ele tava vivo, ou se estava morto, não conseguiram descobrir. E o meu pai a mesma coisa, também perdeu um irmão nessa mesma época. Cada um deles tinha um irmão de 18 anos que o governo italiano, quando estourou a guerra, tiveram que ir, meu pai também foi, tios meus, enfim. Mas estes voltaram. Mas estes dois tios, infelizmente, nem um nem outro não voltaram.

A família nunca teve notícias sobre o que havia acontecido aos dois jovens, se haviam morrido ou o que o destino havia reservado a eles. “Eram muito jovens, 18, 19 anos. E até hoje nunca se soube se eles morreram no front, como dizia minha mãe, assim na guerra, que mataram, ou então como morreram, ninguém sabe.”

Por seu lado, Marinho me falou sobre suas experiências nesse período em duas ocasiões. A primeira, na SIRGS, em nosso primeiro encontro. A segunda em sua casa, junto com a esposa, **Humana Res**, v.5, n.7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 248 – 269, jan. a ago. 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-15

A ITÁLIA PELA COLÔNIA: uma etnografia da colonização com imigrantes e descendentes de italianos

Rosa, que também participou na construção deste trabalho. Marinho conta que foram tempos difíceis, de total incerteza e de grandes reveses. O que a guerra trouxe para o país foi a miséria, a escassez de recursos e de dinheiro. Ele afirma que possivelmente o período pós Segunda Guerra Mundial foi o mais crítico para o governo italiano, iniciando já em 1937.

Foi exatamente o período em que eu vivi. Nasci em 1937, vim pro Brasil em 1952, quer dizer... Eram dias duros, dias duros que a gente não gostaria nem de lembrar, porque graças a Deus pertence ao passado, se foram. Mas é muito difícil, é muito triste, muita gente... A miséria era grande, não tinha emprego. Por exemplo, nós trabalhávamos na terra, mas a terra não era nossa, tinha um dono. Então a gente trabalhava com 50%, e 50% quando chegava no final do ano não sobrava o sabonete pra lavar as mãos.

262

Mas os tempos foram ainda mais difíceis durante a guerra. Marinho era criança, mas lembra-se do perigo que os bombardeios apresentaram para os cidadãos. “Primeiro ano de primário foi em 43, em plena guerra mundial. Fiz o primeiro, segundo e terceiro ano, os três anos de primário embaixo de bombardeio.” Além disso, o medo de que os familiares homens fossem convocados e não retornassem mais para casa também pairava sobre as famílias. A esposa Rosa me conta a história da família com as guerras:

O Marinho teve períodos que ele ia à escola, e saía, e de repente eles tinham que se atirar na sarjeta, como eles diziam, quando os aviões bombardeavam. E as crianças ficavam atiradas. Ele me mostrou os lugares pelos campos aonde eles tinham que se esconder quando tinha os bombardeios. Eles moravam perto de uma ponte que ela era... de dia, os alemães bombardeavam... não, de noite eles bombardeavam porque durante o dia eles arrumavam de novo pra passar. Aí passava trem com explosivo que os aviões bombardeavam e explodia tudo, e aí eles estão olhando tudo, porque era perto, poucos quilômetros de distância daonde eles moravam. Então eles passaram, assim... O pai dele foi sete vezes chamado, o avô morreu na guerra, ainda na primeira.

Poucos anos depois do fim do conflito, além do tio que já havia morrido em batalha na Segunda Guerra Mundial, Marinho perdeu também os avós. Foi só depois disso que a família embarcou na jornada de mudança para Porto Alegre, a convite de outro tio seu, que já estava no Brasil há alguns anos, para que assumissem a administração de um hotel localizado em Guaíba.

6 A imigração no século 20

O grande movimento migratório da Europa para o Brasil permaneceu durante várias décadas. Abordando especificamente a imigração trabalhadora, Possamai (2005, p. 59) aponta

que os produtores do sudeste tinham uma maior propensão a escolher os vênetsos. Eles eram conhecidos por serem árdios trabalhadores, considerados submissos e obedientes ao governo e às autoridades, imagem essa que “persistiu, pois, ainda em 1922, os cafeicultores paulistas davam preferência aos trabalhadores vênetsos.”

Ainda assim, o Brasil recebeu poucos imigrantes em comparação com a Argentina. O país vizinho desenvolveu uma forte e bem-sucedida campanha de imigração, principalmente na Itália. Além disso, o Brasil era particularmente desconhecido na Europa, o que conferiu ao território argentino grande parte da migração destinada à América do Sul. Os dois tios mais velhos de Camélia pelo lado materno foram para a Argentina, onde se estabeleceram, casaram e constituíram família. Foram os primeiros da família a deixarem a Itália em busca de melhores oportunidades na América, antes mesmo da Segunda Guerra Mundial.

Quando ela [a mãe de Camélia] veio aqui pro Brasil, como eles vieram aqui pra América, ela achava que eles tivessem vindo aqui pro Brasil. Mas não, eles não estavam, ninguém sabia. A mãe dela também nunca [mais] viu esses dois irmãos. Sabia que eles tinham ido [pra América], depois de algum tempo ela começou a ter notícias deles. E aí descobriram que eles estavam morando na Argentina, em Buenos Aires.

O Brasil viu o número de imigrantes a chegar no país cair durante os períodos da Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Em ambos os casos, os cidadãos que não eram enviados para os fronts de batalha durante as guerras, acabaram sendo convocados para trabalhar em fábricas diversas, na indústria armamentícia, produzir alimentos e repor a escassez que os conflitos trouxeram para a Itália.

Marinho, auxiliado pela esposa Rosa, me conta um pouco sobre como a família passou por este período na Itália. Com as terras arrendadas, a produção era escassa, e as circunstâncias eram ainda piores com o pai e o tio no front de batalha, com o risco de morrerem na guerra como o avô. Somado a isso, a família também precisava dividir a limitada produção que tinha com um exército que de tudo necessitava:

Aquilo lá foi uma sistemática que se criou para poder o pai sair da guerra, mas na realidade a terra não era nossa [...] Foi juntado os dois lotes, o nosso com o do tio pra formar 20 hectares, porque com 20 hectares tinha uma lei que permitia que o soldado que estava na guerra voltasse pra casa pra trabalhar a terra porque não tinha mais ninguém, e tava faltando comida no exército.

Com o pai e o tio fora da guerra, a capacidade de produção aumentou um pouco, mas não fez diferença naquilo que a família obtinha. “Nos últimos dois anos de guerra estava

A ITÁLIA PELA COLÔNIA: uma etnografia da colonização com imigrantes e descendentes de italianos

faltando tudo, e o exército precisava se alimentar. Então, não havia produção suficiente.” O lucro, naquele momento, era não perder mais gente para a guerra.

O número de italianos levantados pelos censos realizados pelo governo ao longo das décadas durante o século 20 também apresentou mudanças no perfil migratório e na permanência dos italianos no Rio Grande do Sul. Pellanda (1975) afirma que a quantidade de imigrantes que saía do estado não encontrava uma contrapartida no volume que chegava, causando uma diminuição brusca no número de imigrantes presentes no estado em comparação com épocas anteriores. O autor especula que a queda não seja uma consequência isolada causada pela mortalidade, mas também fruto da migração para outros estados e países vizinhos. Várias regiões, já na década de 1940, ainda contavam com dificuldades de transporte, isolamento em relação à outras cidades, altos impostos e exaustão do solo para plantio, fazendo com que a mudança para outros estados parecesse mais promissora.

264

7 As diferentes itálias dentro da Itália

Embora estivesse em uma localização consolidada no continente e usufruísse de uma posição estratégica - no meio da Europa, com rotas acessíveis à África e à Ásia, em um estabelecido e histórico trânsito comercial -, o território italiano estava fragmentado em diferentes Estados distribuídos pela península e pelas ilhas no Mar Mediterrâneo. O esforço de unificação dos nacionalistas precisou ir muito além de libertar as diferentes regiões dos domínios absolutistas: foi necessário também criar um sentimento de “Itália” entre calabreses e vênetsos, sardenhos e genoveses. Cada região tinha o seu dialeto, seus costumes e suas realidades, muitas vezes completamente diferentes da província vizinha.

Ao questionar Marinho sobre a relação entre norte e sul nos dias atuais na Itália, ele me conta:

Hoje está um pouco menos do que estive. Porque até os anos 50 era assim, bem inimigos. Não tinha nenhuma relação, o norte com o sul em termos de fraternidade, não tinha. E nós classificávamos o pessoal do sul como um pessoal vagabundo, que não queria trabalhar. E até pelas circunstâncias deles, não tinham emprego, não tinha indústria, não tinha nada.

Durante o regime fascista, o governo buscou diversas formas para promover dentro da Itália de forma maciça a ideia de nacionalismo e de uniformidade entre o povo. Medidas como obrigar os cidadãos a falarem o italiano em órgãos oficiais, escolas e quartéis, em detrimento dos diferentes dialetos; estimular a união entre o povo promovendo atividades de grupo, como

o futebol; e promover as pesquisas arqueológicas com o objetivo de apresentar a magnitude da história italiana foram algumas das ações escolhidas por Mussolini para unificar culturalmente o país e ressaltar sua grandeza nacional.

Na prática, este objetivo nunca se concretizou, e quando o regime acabou, essa impressão ilusória caiu por terra em definitivo. De acordo com Bertonha (2008, p. 63), a partir da República, a solução encontrada pelo governo para resolver os problemas criados em relação ao regionalismo foi a concessão de ampla autonomia regional. Cidades, províncias e regiões usufruem de um poder descentralizado em relação ao governo central em Roma, podendo atuar, dentro de certas prerrogativas estabelecidas, a partir de grande autonomia jurídica e financeira.

Alguns autores, como Luzzatto (1996, p. 169), afirmam, inclusive, que essa grande diferença entre as regiões acaba tornando a Itália uma pequena-grande nação composta por muitas nações diferentes, tal é a significação da diferença cultural expressada entre as províncias. Não é incomum ouvir um italiano dizendo que os nortistas não entendem os sulistas e vice-versa. Isso não é apenas por mera animosidade - ainda que o idioma oficial seja um só, os dialetos ainda estão presentes no cotidiano dos cidadãos.

Marinho vivenciou o tempo em que o dialeto era um forte empecilho na comunicação entre os italianos. Conta ele que:

O problema de dialeto era um horror. O norte não conseguia se comunicar com o sul em termos de dialeto. [...] 1947, portanto dois anos depois que tinha terminado a Segunda Guerra Mundial... na guerra nós perdemos um tio. Aí a minha tia pediu pro meu pai pra transferir os restos mortais dele, que ele tinha morrido lá no sul, lá em Brindice, não sei aonde, bem no sul, pra o cemitério nosso lá do norte. Então o pai pegou o trem e foi. Pra ele poder entenderem o que ele queria, ele teve que contratar um intérprete. Dois irmãos italianos, ele teve que contratar um intérprete que entendia os dois dialetos pra poder se comunicar. Sabe o que é isso? Dentro da Itália!

Artusi já abordava a questão dos regionalismos da Itália desde o final do século 19. Em seu livro, “A ciência na cozinha e a arte de comer bem”, publicado pela primeira vez em 1891, Pellegrino Artusi apresenta 790 receitas no idioma italiano, em um movimento linguístico estruturado considerando uma nação que praticamente só dialogava em dialeto, mas ao mesmo tempo respeitando os regionalismos e as particularidades de cada lugar. Silva (2019, p. 42) afirma que, a através do livro, Artusi “chegava aos lares desses ‘novos’ italianos quase que sorratamente [...] num movimento complexo que, ao mesmo tempo em que sistematizava a língua italiana da cozinha gerando um efeito de unidade através da língua italiana, salientava as diferenças entre regiões apontando particularidades não somente das línguas dialetais, mas também das mentalidades regionais.” No livro de Artusi (2004), pouco após a receita do

Humana Res, v.5, n.7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 248 – 269, jan. a ago. 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-15

A ITÁLIA PELA COLÔNIA: uma etnografia da colonização com imigrantes e descendentes de italianos

Minestrone de Livello, na Toscana, (p. 66) - acompanhada da história em que o autor contraiu cólera e achou que a enfermidade era causada pela sopa -, segue a receita de outra sopa, Zuppa alla Stefani (p. 69), da Bolonha. O livro também apresenta receitas da Emília-Romanha, Milão, Nápole, só para citar algumas das regiões italianas presentes.

É claro que, sendo a alimentação tão fundamental na sociedade, especialmente na Itália, onde a comida possui uma importância ímpar entre seus cidadãos, o regionalismo acaba aplicando-se também ao que aparece na mesa do italiano. Vizioli (2001, p. 22-25) explora detalhadamente os principais aspectos em que a cozinha do norte, do centro e do sul diferem entre si, usando não apenas os elementos econômicos para explicar tais contrastes, mas também os fatos históricos e pontos geográficos para apontar porque estas diferenças existem até entre as províncias de uma mesma região. Buonassisi (1992, p. 8), por sua vez, reforça os aspectos históricos que abordei anteriormente, afirmando que “na Itália, começamos a falar sobre a culinária regional como tantas realidades isoladas, ou quase, somente após a última guerra mundial. Até então, de uma maneira mais ou menos confusa, falava-se da culinária italiana.”

REFERÊNCIAS

ARTUSI, Pellegrino. First courses. In: ARTUSI, Pellegrino. **Science in the kitchen and the art of eating well**. Toronto, Buffalo, London: University of Toronto Press, 2004. p. 36-109.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Os políticos e a “onda negra”. In: AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 105-174.

BATTISTEL, Arlindo. Antecedentes da imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: BATTISTEL, Arlindo. **Colônia italiana: religião e costumes**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981. p. 15-20.

BERTONHA, João Fábio. Um povo em busca de sua identidade nacional. In: BERTONHA, João Fábio. **Os Italianos**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 43-80.

BLACKETT, Howard. Cession of Venetia and Rome. In: BLACKETT, Howard. **Life of Giuseppe Garibaldi: italian, hero and patriot**. London: Walter Scott, 1888. p. 302-310.

BLINKHORN, Martin. Mussolini's dictatorship. In: BLINKHORN, Martin. **Mussolini and Fascist Italy**. New York: Routledge, 1994.

BLINKHORN, Martin. The decline and fall of fascism. In: BLINKHORN, Martin. **Mussolini and Fascist Italy**. New York: Routledge, 1994.

BONI, Luis. COSTA, Rovílio. Aspectos antropológicos da vida do imigrante italiano - o indivíduo na sociedade agrária. In: BONI, Luis. COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Correio Riograndense, 1984. p. 148-182.

BONI, Luis. COSTA, Rovílio. A história que ninguém conta. In: BONI, Luis. COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Correio Riograndense, 1984. p. 92-109.

BONI, Luis. COSTA, Rovílio. A Itália de 1870. In: BONI, Luis. COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Correio Riograndense, 1984. p. 49-62.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em 24 set. 2019.

BUONASSISI, Vincenzo. Introduzione. In: BUONASSISI, Vincenzo. **La cucina degli italiani**. Milano: Idealibri, 1992. p. 6-11.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Libertos: sujeição política. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p. 62-99.

CENNI, Franco. A colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: CENNI, Franco. **Italianos no Brasil**. São Paulo: Martins, Ed. da Universidade de São Paulo. 1975. p. 103-131.

CENNI, Franco. O “rei café” e a “grande imigração”. In: CENNI, Franco. **Italianos no Brasil**. São Paulo: Martins, Ed. da Universidade de São Paulo. 1975. p. 157-195.

COSTA, Rovílio. COSTELLA, Irineu. SALAME, Pedro. SALAME, Paulo. Antecedentes, vida e costumes da imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: COSTA, Rovílio. COSTELLA, Irineu. SALAME, Pedro. SALAME, Paulo. (Org.). **Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições**. Porto Alegre: Sulina, 1974. p. 8-25.

COSTA, Rovílio. COSTELLA, Irineu. SALAME, Pedro. SALAME, Paulo. Educação, cultura e formação na imigração italiana. In: COSTA, Rovílio. COSTELLA, Irineu. SALAME, Pedro. SALAME, Paulo. (Org.). **Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições**. Porto Alegre: Sulina, 1974. p. 92-100.

DI COMITE, Luigi. **L'emigrazione italiana nella prima fase del processo transizionale**. *Giornale Degli Economisti E Annali Di Economia, Nuova Serie*, 42, n. 7/8. 1983. p. 507-517.

DORNELLES, Soraia Sales. **De Coroados a Kaigang: as experiências vividas pelos indígenas no contexto de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul do século XIX e início do XX**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

DUGGAN, Christopher. The liberal state and the social question, 1870-1900. In: DUGGAN, Christopher. **A concise history of Italy**. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1998. p. 143-170

DUGGAN, Christopher. The Republic. In: DUGGAN, Christopher. **A concise history of Italy**. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1998. p. 240-294.

GOOCH, John. Introdução. In: GOOCH, John. **A unificação da Itália**. São Paulo: Editora Ática, 1991. p. 13-14.

GOOCH, John. O triunfo do Piemonte, 1859-70. In: GOOCH, John. **A unificação da Itália**. São Paulo: Editora Ática, 1991. p. 49-63.

HOBSBAWN, Eric. The nation as a novelty: from revolution to liberalism. In: HOBSBAWN, Eric. **Nations and nationalism since 1780**. Cambridge: University Press, 2000. p. 14-45.

A ITÁLIA PELA COLÔNIA: uma etnografia da colonização com imigrantes e descendentes de italianos

HUTTER, Lucy. Imigração italiana: aspectos gerais do processo imigratório. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 27, p. 59-73. 1987.

LAROQUE, Luiz Fernando da Silva. **Fronteiras Geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang no sul do Brasil**. 2006. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

LUZZATTO, Darcy Loss. A nossa língua. In: MAESTRI, Mário (Coord.) **Nós, os ítalo gaúchos**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996. p. 168-175

MAESTRI, Mario. A imigração colonial-camponesa italiana. In: MAESTRI, Mario. **Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais**. Passo Fundo. Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010. p. 208-220.

MANFROI, Olívio. A colonização italiana no Rio Grande do Sul, 1875-1914. MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre: Grafosul, Instituto Estadual do Livro, 1975. p. 55-90.

MANFROI, Olívio. As ambiguidades da política brasileira de colonização. MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre: Grafosul, Instituto Estadual do Livro, 1975. p. 33-53.

MANFROI, Olívio. Os emigrantes deserdados. MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre: Grafosul, Instituto Estadual do Livro, 1975. P.93-121.

PELLANDA, Ernesto. Aspectos gerais da imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: BERTASO, Henrique. LIMA, Mário de Almeida. (Org.) **Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950. p. 34-64.

POSSAMAI, Paulo. Novecento (século XX). In: POSSAMAI, Paulo. **“Dall’Italia siamo partiti”**: a questão de identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005. p. 139-247.

POSSAMAI, Paulo. Ottocento (século XIX). In: POSSAMAI, Paulo. **“Dall’Italia siamo partiti”**: a questão de identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005. p. 19-138.

ROMANO, Salvatore. Lotta di classe e mutamento politico nel periodo seguente alla prima guerra mondiale. In: ROMANO, Salvatore. **La classi sociali in Italia: Dal medioevo all’età contemporanea**. Torino: Giulio Einaudi editore s. p. a., 1965.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos. SANTOS, Ricardo. (Orgs.) **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996. p. 41-58.

SILVA, Carla Maicá. “Gentilíssimo senhor artusi” uma análise discursiva sobre a autoria de a ciência na cozinha e a arte de comer bem, de Pellegrino Artusi. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/204642>>. Acesso em 9 de fevereiro, 2020.

SMITH, Denis Mack. The nation asserts itself. In: SMITH, Denis Mack. **Italy: a modern history**. Michigan: University of Michigan Press, 1959. p. 101-132

SMITH, Denis. The onset of war. In: SMITH, Denis Mack. **Italy: a modern history**. Michigan: University of Michigan Press, 1959. p. 263-305.

ZANINI, Maria Catarina. SANTOS, Miriam. O trabalho como “categoria étnica”: um estudo comparativo da ascensão social de imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1975). In: **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. Brasília, ano XVII, n. 33, p. 177-198, jul./dez. 2009.